

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DO PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR

A presente **Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais** tem por finalidade demonstrar o compromisso do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** com a privacidade e o tratamento dos dados pessoais de seus **USUÁRIOS**.

Como condição de acesso dos sistemas do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, o **USUÁRIO** declara que fez a leitura completa e atenta, estando plenamente ciente da presente Política de Privacidade, conferindo, expressamente, sua livre, inequívoca e informada concordância com os termos aqui estipulados, autorizando a obtenção dos dados pessoais e informações aqui mencionados, bem como sua utilização para as finalidades abaixo especificadas.

Caso não esteja de acordo com estas diretrizes, o **USUÁRIO** deve descontinuar o seu acesso no **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**.

1. COLETA E USO DE DADOS PESSOAIS E REGISTRO DE ATIVIDADES

- 1.1. Os dados pessoais são coletados a partir do consentimento pelo **USUÁRIO**.
- 1.2. A relação de dados pessoais coletados e as respectivas finalidades constam no Anexo I.
- 1.3. Outros dados pessoais que não estão descritos no Anexo I podem ser coletados de acordo com a natureza específica do produto ou serviço em questão, nos termos de documento específico que deve ser considerado em conjunto com esta **Política de Privacidade**.
- 1.4. O **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** não é responsável pela precisão, veracidade ou atualidade das informações prestadas pelo **USUÁRIO**, sendo de responsabilidade do **USUÁRIO** prestá-las com exatidão ou atualizá-las sempre que for o caso.

- 1.5. O PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR pode realizar atualização e enriquecimento dos dados.
- 1.6. O PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR garante ao USUÁRIO o direito de correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- 1.7. O **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** utiliza as tecnologias compatíveis com o mercado, respeitando o estado da técnica razoável, com atualizações razoáveis e constantes, para registrar eventos de navegação, cliques, eventos e dados não identificáveis. Todas as tecnologias utilizadas devem respeitar a legislação vigente e os termos desta **Política de Privacidade**.
- 1.8. Ao utilizar os ambientes digitais do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, o **USUÁRIO** pode ser conduzido, via *link*, a outros portais ou plataformas independentes que podem coletar as informações do **USUÁRIO** e ter sua própria Política de Privacidade.
 - 1.8.1. Cabe ao **USUÁRIO** ler a Política de Privacidade de tais ambientes digitais fora do ambiente do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, sendo de responsabilidade do **USUÁRIO** aceitá-la ou rejeitá-la.
 - 1.8.2. O **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** não é responsável pela Política de Privacidade nem pelo conteúdo de quaisquer *websites*, conteúdos ou serviços fora do ambiente dos sistemas do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, ainda que a ele vinculados por meio de *links*.
- 1.9. O consentimento fornecido pelo **USUÁRIO** é coletado de forma individual, clara, específica, legítima e informado ao titular.
- 1.10. O **USUÁRIO** pode alterar suas concessões de consentimento, conceder novas permissões ou retirar seu consentimento para as emissões atuais por meio do **Canal de Atendimento à LGPD do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, sendo avisado das consequências que a retirada de consentimento pode causar.

1.11. O **USUÁRIO** pode entrar em contato diretamente por meio do endereço eletrônico [HTTPS://PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR.COM.BR/LGPD](https://programa-providencia-de-elevacao-da-renda-familiar.com.br/lgpd). Os dados coletados e as atividades registradas também podem ser compartilhados:

- a) Com autoridades judiciais, administrativas ou governamentais competentes, nos casos de requerimento, requisição ou ordem judicial;
- b) Com os órgãos de controle que fiscalizam o **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, quando solicitado;
- c) Em caso de transformações societárias, como fusão, aquisição e incorporação, sempre observado o princípio da transparência com o **USUÁRIO**.

1.12. A base de dados, formada por meio da coleta de dados pessoais por qualquer meio eletrônico ou físico, é de propriedade e responsabilidade do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**. Seu uso, acesso e compartilhamento, quando necessários, serão feitos dentro dos limites e propósitos dos negócios do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** e descrita no Anexo I desta Política de Privacidade e em Termos de Uso específicos, quando existentes.

1.12.1. O **USUÁRIO** é corresponsável pelo sigilo e pela confidencialidade de seus dados pessoais.

1.12.2. O compartilhamento de senhas ou dados de acesso viola esta

Política de Privacidade e os Termos de Uso dos sistemas do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR.

1.13. Internamente, os dados dos **USUÁRIOS** são acessados somente por profissionais devidamente autorizados pelo **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, sendo eles empregados, prestadores de serviços e parceiros, colaboradores e voluntários.

1.14. O **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** respeita os princípios de licitude, finalidade, adequação, proporcionalidade,

necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização, prestação de contas, subsidiariedade e limitação de armazenamento, além de firmar o compromisso de confidencialidade e preservação da privacidade nos termos desta **Política de Privacidade** com os **USUÁRIOS**.

2. ARMAZENAMENTO DOS DADOS E REGISTROS

2.1. Os dados pessoais coletados e os registros de atividades devem ser armazenados em ambiente seguro e controlado pelo prazo mínimo estipulado, conforme a tabela abaixo:

DADOS PESSOAIS	PRAZO DE ARMAZENAMENTO	FUNDAMENTO LEGAL
Dados cadastrais	10 anos após o término da relação	Arts. 12 e 34 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90)
Dados de identificação digital	6 meses do último acesso	Art. 15 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14)

2.2. Os dados podem ser excluídos antes desse prazo no caso de solicitação do **USUÁRIO**. Os dados podem ser mantidos por período superior ao previsto neste prazo, por motivo previsto em lei, por decisão judicial, para fins de prestação de contas aos órgãos de controle ou por outros interesses legítimos do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, devidamente especificados e informados ao titular de dados. Findo o prazo e a necessidade legal, os dados devem ser excluídos com uso de métodos de descarte seguro, ou utilizados de forma anonimizada para fins estatísticos.

2.3. Os dados coletados devem ser armazenados em servidores próprios ou em provedores de serviços que atendam aos controles de proteção de dados pessoais aplicáveis.

3. ATENDIMENTO AOS DIREITOS DO USUÁRIO

3.1. O **USUÁRIO** pode solicitar a confirmação da existência de tratamento; o acesso aos seus dados pessoais; ou a correção de seus dados pessoais, por

meio do **Canal de Atendimento a LGPD do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, disponível no Portal PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR <https://www.PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR.com.br/lgpd>.

3.2. Pelo **Canal de Atendimento à LGPD**, o **USUÁRIO** pode também: (i) requerer o bloqueio do uso de seus dados pessoais; (ii) manifestar oposição ao tratamento de seus dados pessoais realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, (iii) solicitar a eliminação de seus dados pessoais coletados e registrados pelo **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** ao término de sua finalidade de uso ou (iv) solicitar a revisão de decisões automatizadas (v) solicitar portabilidade dos dados pessoais, (vi) solicitar informações sobre com quem foram compartilhados os dados pessoais e (vii) informações sobre o impacto da decisão de não consentir ou revogar o consentimento.

3.3. Mesmo que o usuário não conceda ou solicite a revogação do consentimento para as finalidades relacionadas ao envio de informações, o PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR poderá enviar informações transacionais relativas à prestação dos serviços.

3.4. Para fins de auditoria, segurança, controle de fraudes e preservação de direitos, o **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** pode permanecer com o histórico de registro e os dados dos **USUÁRIOS** por prazo maior nas hipóteses que a lei ou norma regulatória assim estabelecer, para realização de prestação de contas aos órgãos de controle, ou para preservação de direitos do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** ou do titular de dados.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. O **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** reserva a si o direito de alterar a **Política de Privacidade** a qualquer momento, conforme a finalidade ou a necessidade, como para adequação e conformidade com disposição de lei ou norma que tenha força jurídica equivalente, cabendo ao **USUÁRIO** verificar a versão atualizada sempre que efetuar o acesso aos sistemas do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**.

4.2. Ocorrendo atualizações neste documento e que demandem nova coleta de consentimento, o **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** deve notificar o **USUÁRIO** pelos seus sistemas capazes de realizar nova coleta de consentimento ou pelos meios de contato por ele fornecidos.

4.3. Em caso de qualquer dúvida com relação às disposições constantes desta **Política de Privacidade**, o **USUÁRIO** pode entrar em contato com o **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** por meio do **Canal de Atendimento à LGPD do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**.

4.4. Caso empresas terceirizadas realizem o tratamento de quaisquer dados coletados pelo **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, devem respeitar as condições aqui estipuladas e as normas de Segurança da Informação do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, bem como Políticas e procedimentos adicionais.

4.5. Caso alguma disposição desta **Política de Privacidade** seja considerada ilegal ou ilegítima por autoridade de proteção de dados, as demais condições permanecem em plena vigor e efeito.

4.6. O **USUÁRIO** reconhece que toda comunicação realizada por *e-mail* (aos endereços informados no seu cadastro), SMS, aplicativos de comunicação instantânea ou qualquer outra forma física, virtual e digital também são válidas como prova documental, sendo eficazes e suficientes para a divulgação de qualquer assunto que se refira aos serviços prestados pelo **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, bem como às condições de sua prestação ou a qualquer outro assunto nele abordado, ressalvadas as disposições expressamente diversas previstas nesta **Política de Privacidade**.

4.7 O **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** utiliza *cookies* e tecnologias similares para avaliar e compreender o perfil e o comportamento dos usuários que visitam ou acessam as páginas, com a finalidade de personalizar a experiência de navegação do usuário ao promover e divulgar produtos e serviços, além de realizar prevenção a fraudes.

5. LEI APLICÁVEL E JURISDIÇÃO

5.1. A presente Política de Privacidade deve ser regida e interpretada segundo a legislação brasileira, no idioma português, sendo eleito o Foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/Distrito Federal para dirimir qualquer litígio ou controvérsia envolvendo o presente documento, salvo ressalva específica de competência pessoal, territorial ou funcional pela legislação aplicável.

6. GLOSSÁRIO

6.1. Para os fins deste documento, devem se considerar as seguintes definições:

Cookies: Pequenos arquivos enviados pelos sistemas do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**, gravados nos dispositivos dos **USUÁRIOS**, que armazenam as preferências e outras informações, com a finalidade de personalizar a navegação dos **USUÁRIOS** no **SITE**, de acordo com o seu perfil.

IP: Abreviatura de *Internet Protocol*. É o conjunto alfanumérico que identifica os dispositivos dos **USUÁRIOS** na Internet.

Session ID: Credencial de um **USUÁRIO** necessária para acessar os sistemas do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR** e utilizar as suas funcionalidades.

USUÁRIO: Pessoa natural que acessa e/ou utiliza as funcionalidades dos sistemas do **PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**.



ANEXO I – LISTA DE DADOS PESSOAIS E FINALIDADES DE USO

TIPOS DE DADOS	DADOS PESSOAIS	FINALIDADE DE USO DOS DADOS
Cadastrais	Nome completo, e-mail, nome da mãe, escolaridade, endereço, telefone, CNPJ e vínculo com a empresa, CPF, Sexo, Senha de acesso, data de nascimento e foto/imagem.	<ul style="list-style-type: none">- Identificar o Usuário;- Prover atendimento personalizado;- Cumprir as obrigações decorrentes do uso dos produtos e serviços do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR;- Informar sobre novidades, funcionalidades, conteúdos, notícias e demais eventos relevantes para a manutenção do relacionamento com o USUÁRIO;- Promover e divulgar produtos e serviços do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR;- Responder a solicitações e pedidos de informações do USUÁRIO;- Realizar pesquisas do interesse do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR;- Permitir acesso às áreas restritas dos ambientes digitais do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR;- Prestar contas para Órgãos de controle na forma da lei;- Personalizar o ambiente dos clientes em sua navegação nos ambientes digitais do PROGRAMA PROVIDÊNCIA DE ELEVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR.
Informações sobre transações	Produtos e serviços adquiridos e respectivas quantidades, data e período da transação, número da nota fiscal.	Creditar os produtos e serviços adquiridos
Dados de identificação digital	Endereço IP e Porta Lógica de Origem, Registros de interações com os ambientes digitais, Telas acessadas, dispositivo (versão do sistema operacional, geolocalização e outros aplicativos instalados, se necessário), <i>Session ID</i> e <i>Cookies</i> .	<ul style="list-style-type: none">- Identificar o Usuário- Administrar, creditar e enviar serviços adquiridos por meio dos ambientes digitais;- Cumprir as obrigações decorrentes do uso dos serviços;- Promover e divulgar produtos e serviços;- Realizar prevenção a fraudes, personalizar a experiência de navegação nos canais, por meio de georreferenciamento;
Dados anonimizados	-	Elaborar análises e estudos estatísticos

Para efeito dessa **Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais** são

três os intervenientes nomeados pelo **Programa Providência de Elevação da Renda Familiar**: o controlador, o operador e o encarregado.

- O **controlador** é pessoa natural, a quem compete às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Aqui na figura do Direto-Presidente;
- O **operador** é pessoa natural, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Aqui representado pela figura da Gerente-executiva;
- O **encarregado** é a pessoa indicada pelo controlador e/ou operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD.

Brasília (DF) 30 de outubro de 2023

JOSÉ LUIZ BIANCO JUNIO
Diretor Presidente